



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | |
|--|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0475/10 | DATA: 04/05/2010 |
| INÍCIO: 15h13min (com suspensão) | TÉRMINO: 18h38min | DURAÇÃO: 03h15min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h51min | PÁGINAS: 53 | QUARTOS: 23 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ÉVERTON LUIZ ZANELLA – Promotor e Secretário Regional do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO.
MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA – Vereadora do Município de Encruzilhada, Estado da Bahia.
PEDRO ALVES DE LACERDA SOBRINHO – Advogado da Vereadora Maria Elizabete de Abreu Rosa.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa, transformada em reservada e reaberta.
Há palavra ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e os responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil.

Informo que esta reunião estará sendo transmitida ao vivo na Internet, pelo serviço WebCâmara, conforme autorização desta Presidência.

A presente reunião destina-se à audiência pública solicitada por meio dos Requerimentos nºs 83 e 86, de 2010, de autoria da Deputada Andreia Zito.

Antes de passar à audiência, eu passo a palavra à nobre Deputada Andreia Zito, Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito e solicitante, pelos requerimentos nºs 83 e 86, para que comparecessem o Sr. Promotor Dr. Everton Luiz Zanella, Secretário Regional do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado — GAECO, e também a Sra. Vereadora Maria Elizabete de Abreu Rosa, do Município de Encruzilhada, na Bahia. Antes de solicitar a vinda deles à Mesa, eu vou passar a palavra à Deputada Andreia Zito.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Boa tarde a todos. Agradeço à nossa Presidenta e aos colegas Deputados membros desta Comissão.

Esclareço que eu solicitei esta audiência a partir do momento em que nós vimos, ou melhor, assistimos ao programa *Conexão Repórter*, com o jornalista Cabrini. Foram-nos passadas algumas informações a respeito dos Estados do Pará, da Bahia — especificamente de Encruzilhada — e de São Paulo. Inclusive, sobre São Paulo e Bahia havia informações muito próximas, um cruzamento de informações. Por isso, eu gostaria de poder ouvir as pessoas envolvidas.

Entre elas, nós convidamos o Promotor Dr. Everton Luiz Zanella e a Vereadora Maria Elizabete de Abreu Rosa, que, a princípio, não estaria presente na audiência de hoje. Inclusive quero agradecer à Vereadora, que está aqui presente. Realmente nós queremos ouvi-la.

Encontram-se também presentes Vereadores de Encruzilhada, o Sr. Roberto Virgens Moura e o Sr. Gileno Alves dos Santos.

Presidenta, a nossa solicitação, como eu falei, ocorreu a partir de um programa em que o jornalista fez toda uma análise do que acontece hoje em relação à venda de crianças e tudo mais. E acho que, para esta CPI, na qual estudamos a



questão de crianças desaparecidas, seria realmente viável estudarmos e analisarmos tal programa sobre o nosso tema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Após a explicação da Deputada Andreia Zito, nós vamos passar realmente à audiência pública.

Convido o Sr. Promotor Éverton Luiz Zanella, Secretário Regional do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado — GAÉPO, a tomar assento à Mesa.

Convido a Sra. Vereadora Elizabete de Abreu Rosa, do Município de Encruzilhada, Bahia, a tomar assento à Mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa. O tempo concedido ao convocado e também à convocada será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo o depoente de igual tempo para resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. As Deputadas e os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto “a Secretaria.

Antes de passar a palavra ao Dr. Everton, eu solicito a ele que preste o compromisso a esta CPI.

O SR. EVERTON LUIZ ZANELLA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Com a palavra o Dr. Everton.

O senhor pode ficar à vontade. O senhor tem eslaides a apresentar. O senhor pode usar este microfone.

O SR. EVERTON LUIZ ZANELLA - Boa tarde a todos. Queria agradecer o convite à Dra. Bel Mesquita, Deputada Presidente, e também à Dra. Andreia Zito, Relatora, que pediu a minha convocação. É uma honra estar aqui. Queria parabenizar pelo trabalho. Queria cumprimentar todos os Parlamentares presentes e também o público presente.

(Segue-se exibição de imagens.)



Pessoal, eu fiz uma exposição... *(Pausa.)* Pessoal, eu vou até ficar aqui na mesinha passando, até para não atrapalhar. Bem, pessoal, eu sou Promotor de Justiça, atuo no GAECO, que é o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Atualmente, estou na secretaria, que é a parte administrativa, e também na parte de investigação. Hoje, foi-me solicitado falar um pouco do procedimento que nós temos para apurar a questão de adoção ilegal de crianças. A Dra. Bel Mesquita já mencionou aqui, a Dra. Andreia Zito também, a questão do programa que foi exibido pela *Conexão Repórter*, do SBT.

Na verdade, esse programa é o que deu início ao procedimento investigatório que nós temos. Nós recebemos a notícia. Também foi falado um procedimento na Promotoria Criminal de Encruzilhada. Até para esclarecer — no meio eu esclareço um pouco melhor —, o nosso foco é a questão envolvendo a parte do Estado de São Paulo. É evidente que, como foi falado aqui, há uma conexão, mas o nosso foco é a parte envolvendo agenciamento na cidade de São Paulo. Eu fiz aqui, pessoal, só um... Eu não vou perder muito tempo nisto aqui. Eu só coloquei alguma coisa só para... Como é uma audiência pública, tem público presente, e eu não sei se todo mundo sabe dos requisitos para adoção. Então, a adoção de criança e adolescente é prevista nos arts. 39 a 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, a Lei nº 8.069, de 1990.

Então, tem ali os requisitos legais para quê? Para ser feita a adoção na forma da lei, é necessário obedecer aos requisitos, que estão aqui no projetor: maior de 21 anos, o candidato adotante; ser 16 anos mais velho do que o adotado; a adoção deve apresentar reais vantagens ao adotando; deve fundar-se em motivos legítimos; e os pais biológicos devem concordar, a não ser que sejam destituídos do poder familiar ou que sejam desconhecidos. Eu destaquei “*reais vantagens e motivos legítimos*”, para colocar o quê? Para que existem requisitos para adoção? Exatamente para preservar a criança e o adolescente.

Se a adoção não trazer real vantagem e não tiver um motivo legítimo, ela não pode ser feita nos termos da lei. Há um estado de convivência — e eu coloquei outras questões aí, mas sempre a visão é: proteção integral da criança e do adolescente. Então, por que o procedimento de adoção, às vezes, é um pouquinho burocrático e demora? Porque o juiz tem que saber para quem é que ele está



entregando a criança, é por isso. Não é por burocracia, ou por demorar porque a Justiça é lenta. Na verdade, existe um procedimento, e a finalidade do procedimento é essa, senão não teria por que ter um procedimento formal. Aqui eu mencionei o trâmite legal. Acho que é de conhecimento da maioria que toda Vara da Infância e da Juventude tem um cadastro de pessoas interessadas em adotar e um cadastro de crianças e adolescentes a serem adotados. Além desse cadastro que tem em cada Vara da Infância e da Juventude, há um cadastro nacional de adoção também.

O procedimento de adoção é feito da seguinte forma: a pessoa tem interesse em adotar; ela vem, se cadastra; é feita uma habilitação para saber se ela tem condição ou não de adotar; ela passa por exame psicossocial, que é o que a gente colocou aqui: é tanto um exame psicológico quanto social, que envolve renda. E o psicológico envolve até a questão de ela poder adotar, de ela ter condição ou não de adotar. Comprovação de antecedentes criminais; parecer favorável do Ministério Público.

Para que tem tudo isso? Para preservar a criança que vai ser adotada, para ela não cair numa família que seja violenta, que possa ter abuso sexual, coisas dessa natureza. Mas, no Brasil, a gente sabe que existe muita adoção ilegal, que, até por ironia, é chamada de “adoção à brasileira”, que é o quê? Doutrinariamente se colocam assim, às vezes. É o quê? Adoção sem os trâmites do ECA. Eu coloquei aqui as causas mais prováveis: miserabilidade e pobreza dos pais biológicos, principalmente em cidades com poucos recursos, de regiões menos desenvolvidas; esses pais que não possuem orientação para controle de natalidade, então geram muitos filhos, sem terem condições de manter.

Então, às vezes, vendem ou doam, ou trocam por alguma coisa. É frequente ver por aí — eu já trabalhei no interior em Vara de Infância e Juventude, e o programa também exibiu isso —, às vezes, a pessoa dar o filho porque não tem condições de criar, ou de trocar por um emprego ou de trocar por alguma outra vantagem. O que é que leva a pessoa, muitas vezes, a adotar dessa forma? Então, um primeiro momento é que a pessoa que pode querer adotar não preenche os requisitos da lei. Ela tem antecedente criminal ou alguma coisa assim, então ela vai procurar a adoção de forma ilegal. Ou a pessoa simplesmente pensa: *“Eu vou entrar numa fila, que tem tantos na minha frente? Eu vou adotar desta forma aqui, que é*



mais fácil, é mais rápido.” Há um fator preocupante que eu coloquei aqui, pessoal: adoções são feitas sem qualquer cuidado ou estudo prévio, de forma que os adotantes podem ser pessoas mentalmente desequilibradas, agressivas, violentas, que podem até abusar sexualmente das crianças e adolescentes. Isso a gente vê muito no Brasil inteiro.

Eu já trabalhei em São Paulo, no interior. No interior, tem muita adoção que, depois, a gente sabe que teve abuso sexual. O que preocupa demais aqui é a finalidade da adoção. A adoção para tráfico de crianças e adolescentes, para fins de exploração sexual é uma preocupação muito grande. Eu acho que até já foi abordada em uma CPI aqui essa questão de pessoas adotarem para quê? Para esse mercado negro da exploração sexual. Isso pode resultar na adoção... O adotante adota para quê? Para fazer extração de órgãos e venda de órgãos; trabalho escravo.

Aqui, pessoal, eu até queria colocar: tem crimes específicos. Por exemplo, a pessoa fez a adoção para fins de exploração sexual. Art. 213... Desculpe, art. 231-A, do Código Penal. Aqui saiu errado. Ou para tráfico de órgãos, ou para trabalho escravo, tem as tipificações legais. Aqui eu coloquei um pouquinho da questão do programa que foi exibido pelo SBT e até fiz uma divisão, porque na Promotoria de Encruzilhada foi oferecida denúncia já. Não sei se todo mundo viu o programa, mas na Promotoria de Encruzilhada já tem a denúncia oferecida. O programa relatava a questão de uma família, ou de duas famílias, mais precisamente, que entregaram a criança para adoções fora da forma como eu coloquei aqui, fora da forma legal.

Então, lá já teve uma denúncia recebida, oferecida pelo Promotor de Justiça e recebida pela Justiça recentemente. A incursão foi no art. 238, *caput*, do ECA, e no art. 299 do Código Penal — depois a gente vai destrinchar um pouquinho isso daqui —, mas que seria a falsidade ideológica na questão do assentamento do registro. Então, aqui eu expliquei porque eu fiz aquela divisão. Teve aquele fato específico em Encruzilhada? Teve. Lá foi denunciado e lá está sendo apurado. No GAECO de São Paulo a gente fez uma investigação para apurar o quê? O que mostrava no programa? Uma pessoa... E aqui eu não menciono nomes, nada, até para preservar o sigilo do procedimento. Mas uma pessoa entrava em contato com mães interessadas, possíveis mães interessadas em adoção, dessa forma, ilegal. A



produtora do programa se passou por uma mãe interessada. Foi feito o contato. Fez contatos por telefone, por *e-mail*. Foram buscar a criança em Encruzilhada, na Bahia. E chegou lá, quem queria, na verdade, dar a criança era a avó, e não a mãe, porque a mãe já tinha outros filhos e não tinha condições de criá-los. Mas chegou lá, a mãe não quis entregar.

Enfim, esse é o fato que ficou lá. E nós resolvemos apurar o quê? Tem uma pessoa que está aliciando pessoas para saber quem quer adotar, quem quer ser adotado, enfim. E tem uma clínica médica — a gente vai entrar daqui a pouquinho... Deixa eu só falar disso aqui um pouquinho, antes de falar da clínica médica. Em São Paulo ocorre o quê? Captação de interessados através de *sites* de relacionamento. Isso é bem interessante. Eu estava comentando aqui antes até de um outro caso que nós temos também envolvendo tráfico de crianças, especificamente de uma ONG. A ONG coloca lá... É uma ONG que tem um *site* no Orkut: “*Quero adotar uma criança*”, de forma ilegal. Começa o contato por Orkut, depois começa por *e-mail*, MSN, telefone, às vezes pessoalmente. As crianças são buscadas no Norte e Nordeste do País, e depois é feito dessa forma, sem os requisitos da lei. Depois eu disponibilizo tanto os *slides* como as cópias do procedimento, tudo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.

O SR. EVERTON LUIZ ZANELLA - Agora, aqui é uma questão interessante, que acontece em São Paulo e que é objeto da nossa investigação também.

(Segue-se exibição de imagens.)

Além dessas tratativas e da efetiva busca da criança em outros locais, tem clínica em São Paulo — foi apurado no programa — destinada a fazer o quê? Então o médico vai, ou fazendo o parto ou não... Geralmente faz o parto. Depois que o médico fez o parto, então já vai lá a mãe verdadeira, que está fazendo o parto, e o casal interessado na adoção. *(Ininteligível)* porque a adoção é ilegal. O médico já faz a declaração de nascido vivo com o nome dos compradores como pais biológicos. Isso, evidentemente, é uma falsidade ideológica. Com essa declaração de nascido vivo, a pessoa vai lá e registra no cartório.

Então, na verdade, é como se fosse filho daquela pessoa. Inclusive, no programa tem uma mulher que dá entrevista, e ela até consta como testemunha na certidão de nascimento da própria filha, que já está no nome das pessoas que



compraram. O médico... Esse valor ele fala no programa: é de 4.500 reais o quanto ele cobraria para fazer o serviço. Aqui também é outro fato que foi relatado no programa: durante o trâmite do procedimento os investigados pediram dinheiro para a família: *“Esse dinheiro é para ultrassom, esse dinheiro é para exame pré-natal, dinheiro para alimento da família”*, e não repassaria. É outro caso que foi relatado. Aqui os crimes que a gente vislumbrou, em tese. Art. 238, *caput*, do ECA: *“Prometer ou entregar filho a terceiro mediante paga ou recompensa (...)”*, quer dizer, recompensa paga ou promessa de recompensa.

Esse é um crime cometido por quem? Pelos pais biológicos. Promete ou entrega o filho a terceiro. O 238, parágrafo único, do ECA: *“Oferecer ou efetivar a referida recompensa.”* Aqui pode entrar quem intermedeia — como eu coloquei, como agenciadores — ou quem compra. O 242 do Código Penal: *“Registrar como seu filho de outrem.”* O comprador foi lá. Constou o nome dele na declaração. Ele vai lá e registra como filho dele. Não é filho dele, então é um crime específico. Evidentemente, quem participou desse ato, pelo art. 29 do Código Penal, é coautor.

O art. 29 é aquele que fala: *“Quem, de qualquer forma, concorre para a prática do crime incide nas penas a este cominadas...”* É o concurso de agentes. O 299, *caput*, do Código Penal, eu o coloquei especificamente em relação ao médico que faz a declaração falsa. O 299, parágrafo único, do Código Penal é a falsidade ideológica também, mas do assentamento do registro civil. Então, vai lá e faz o registro fraudulento. Por que fraudulento? Porque está constando como pai quem é não pai, e mãe. Formação de quadrilha. Prática dos crimes acima. Para formação de quadrilha, tem que ter mais de três pessoas organizadas e praticar esses crimes. E até o art. 171, que foi feita essa questão de pedir o dinheiro e não entregar para a família. Pessoal, aqui eu vou...

Eu até já conversei com a Deputada Bel Mesquita e com a Deputada Andreia Zito da questão de não abrir a nossa investigação por inteiro. Evidentemente, a gente fez várias diligências; juntada de documento; degravação de vídeo; pesquisa sobre a clínica médica — isso aqui não tem problema nenhum —; provocação do CREMESP; sindicância contra a clínica, contra o médico; diligências de campo; várias pesquisas de Orkut, na Internet, dos investigados; de antecedentes criminais. Já ouvimos testemunhas, já ouvimos investigados. E o último *slide*, que eu não vou



colocar, são de providências que a gente fez, aquelas cautelares judiciais de praxe. Como é que você vai saber como eles estão se comunicando? Estão se comunicando por *e-mail*, por telefone. É evidente que a gente tem vários tipos de diligência para tentar investigar e obter a prova do que está acontecendo.

Então, a parte de investigação eu vou pedir para não colocar, até porque é uma audiência pública, o procedimento é sigiloso, mas já me comprometi a remeter toda a documentação. Não precisa nem ser feita a requisição. Só por constar na ata, a gente já encaminha a documentação que comprova boa parte do que está no programa. E, evidentemente, tem muita coisa a mais para ser provada. E resalto aqui que o foco não são os dois ou três casos que o programa exibiu. A gente sabe que são muitos e muitos e muitos casos. O nosso foco é tentar pegar o quê? Quem está agenciando pela Internet, quem está fazendo oferta pela Internet, quem que está fazendo a declaração falsa para ser feito o registro. Então, pegar...

Evidentemente, quem vende, quem compra criança também está praticando crime, mas o nosso foco principal é pegar as pessoas que trabalham com isso, que vivem disso para ganhar dinheiro. Então, o nosso foco é esse daí. Bom, eu acho que era isso que eu queria expor. A nossa preocupação grande mesmo é a questão da adoção sem observar os requisitos da lei. Por quê? Porque você não sabe quem está adotando. Então, pode ser até uma... Evidentemente, uma família pode adotar e dar à criança condições melhores do que a família original ia dar, é evidente que pode — as condições que eu digo são econômicas, embora tenha a questão da afetividade, o laço sanguíneo e tudo. Mas o grande problema que a gente vê na prática é famílias que não têm a menor condição de adotar e estão adotando. E, muitas vezes, isso aí tem finalidade criminosa. E a finalidade criminosa, especialmente a exploração sexual e o tráfico de órgãos, é o que a gente busca em última instância combater.

Então, aqui eu evidentemente não coloquei o nome de ninguém. O objetivo não é esse. O objetivo é passar um pouquinho do que a gente está investigando. Estou à disposição para as perguntas. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Dr. Everton Luiz Zanella.



Eu vou passar a palavra à Sra. Maria Elizabete de Abreu Rosa, do Município de Encruzilhada, Bahia. E quero especificar aos nossos colegas Deputados presentes que, após a explanação da Sra. Vereadora, nós abriremos para as perguntas.

Antes de passar a palavra, eu peço que preste o compromisso a esta CPI.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - *(Início fora do microfone. Inaudível.)* ...boa tarde e dizer que estou muito contente de estar aqui; e que não era desse modo que eu gostaria de estar aqui, mas infelizmente as coisas acontecem. E, para dizer a verdade, a gente tem que estar em qualquer lugar. Estou aqui para responder as perguntas da qual eu estiver conhecimento. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A senhora tem até 20 minutos para fazer a sua exposição. Depois a gente passa palavra aos Deputados que se inscreveram para lhe perguntar.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mas eu gostaria que me fizesse a pergunta, por favor, Excelência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A senhora não quer expor nada? Não tem nada para ser colocado?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então nós passaremos imediatamente aos questionamentos. Vou passar antes à Deputada Andreia Zito, que é a Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Bom, sinceramente, sinceramente, Presidente, eu não entendi o comportamento da Vereadora, mas, se é para perguntar, fazer a pergunta, eu gostaria então que a Vereadora colocasse para a gente, a partir da apresentação daquele programa, o que é verídico e o que não é verídico. Porque foi apresentado um programa de televisão onde colocaram o nome da Vereadora. Ali colocaram o nome da Vereadora, expuseram nomes. E eu gostaria, então, que a senhora relatasse o que ali seria verídico e o que não seria verídico, a partir do momento em que incluíram o nome da senhora. Então, até mesmo como houve aí o comprometimento de dizer o que souber, é claro que a nobre Vereadora sabe o que aconteceu ali de fato, o que houve e o que não houve.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Certo, excelência. Então, eu gostaria de dizer a todos vocês que onde eu moro, no Município de Encruzilhada, eu acho que vocês... Eu não sei se vocês conhecem a região, mas eu creio que sim, por meio até do programa vocês têm visto uma boa parte. Então, lá é um costume da região. Isso não veio agora de mim, não. Isso veio de antepassado de pessoas que não têm condição nenhuma, nem psicológica, nem estrutura financeira, de criar os seus próprios filhos, porque eles não têm uma quantidade de 4 e 5 filhos, não. São mais de 5 ou 8, até 15. Então, como lá eu trabalho há 12 anos na área de saúde, sou técnica de enfermagem e faço treinamento também de.... faço as triagens também na unidade onde eu trabalho, então as pessoas que me conhecem sempre me procuram para ajudar a levar até o hospital. E tem muitas delas que, às vezes, chegam até mim e dizem que iam deixar as crianças no hospital, porque muitas não têm condição nem sequer de comprar um enxoval. Então, nesse meio período, eu tenho conhecido várias pessoas, até da própria região, principalmente famílias minha mesmo, que criam filhos adotivo.

Eu tenho a guarda de uma neta, que já está com 5 anos, que eu... praticamente eu considero como uma adoção. E minha família também cria filhos de outras pessoas. Minha irmã cria filhos de outras pessoas. Ela tem 14 filhos e cria mais 4 filhos adotivo. "Adotivo" da forma que eu acabei de dizer, da forma que era o costume da região e como o Seu Everton, excelentíssimo, disse, da forma brasileira. Aí então, nesse caso, como lá onde a gente mora a gente tem uma unidade de saúde que não tem equipamento nenhum, nenhum médico obstetra, e onde a gente tem que levar as mães em hora do trabalho de parto, quando dá tempo, é ao hospital que fica a 45 minutos de onde a gente mora, que é estrada de chão, que se sabe quando chove naquela região o sistema não é muito agradável...

Então, vem vindo por aí. Isso já veio assim de geração. Então, as mães sempre me procuravam, e eu conhecia as pessoas. Então já acompanhei algumas para fazer adoção. Tenho aqui os documentos. Eu trouxe as cópias de algumas adoções que eu já ajudei fazer. Levei a mãe até o fórum, junto com pessoas que eu conheço, inclusive que me visitam final de ano, vêm para minha casa lá em Vila do Café, e passam final de ano e outras épocas comigo. Então, isso vem vindo assim. Aonde que surgiu o caso de Adeídes? Adeídes é uma família que congrega na



minha igreja junto comigo, há mais de 15 anos da Congregação Cristã no Brasil. Então, eu conheci a mãe de Adeídes, enfim, a família. Quando Adeídes ganhou o quinto filho, que ela não criava esse filho, ela nunca criou um filho, e esse filho ela dizia para as pessoas lá que ia deixar no hospital. Eu levei ela até o hospital de Conquista porque ela tem vários problemas de saúde, e também é usuária de álcool, tem um problema cardíaco e tem outros problemas. Levei e deixei no hospital em Vitória da Conquista.

Quando eu retornei para casa, com 6 dias ela apareceu lá onde eu moro, onde ela mora também, dizendo que tinha deixado a criança no hospital. No dia seguinte, uma pessoa do hospital me ligou. Eu assinei a ficha como responsável por Adeídes, então fica lá a ficha anexada. Ligou que se eu não comparecesse para pegar o filho de Adeídes que ia acontecer o seguinte: que o Conselho ia até o hospital, ia pegar a criança. Que isso foi o fato que aconteceu. Então, quando eu encontrei Adeídes no outro dia, que eu falei para ela que a gente tinha que ir ao hospital pegar a criança, ela disse que não, que ela não ia pegar a criança porque a criança tinha nascido com problema respiratório, que tinha os pés tortos e que ela não ia criar, que ela não criava filho dela, e esse que ela não ia criar. Foi onde surgiu o fato, Adeídes voltou para casa comigo. Quando a gente chegou lá, o Conselho tinha pego a criança. Não podia fazer mais nada porque se o Conselho pegou só ela que poderia ir lá. Aí ela voltou para casa, e eu também vim. Eu vinha até um pouco chateada porque a gente tem que levar um paciente com filho e tem que dar satisfação para a família, o que é que aconteceu.

Quando eu voltei para a Vila do Café, com ela, deixei ela na casa da mãe dela, e mais uns 2 dias após ela apareceu na minha casa com um senhor dizendo que era o pai da criança, que era para ir em Conquista tirar a menina lá do Conselho. Eu falei: “Bom, se você mudou de ideia agora e já tem um pai, que você antes disse que não tinha pai, aí você vai e assuma as consequências junto com o pai.” Então, tudo bem, ela foi para Vitória da Conquista, junto com esse senhor, está aqui o documento onde ela pegou, o documento lá com... pegou o documento lá no juiz, o juiz entregou a criança para ela, está aqui, lá de Vitória da conquista. E eles vieram para Encruzilhada, eles vieram para Encruzilhada, ela assinou esse documento autorizando ao Sr. Ademilson viajar com a criança para São Paulo para



cuidar da criança e também para registrar a criança como filha, e que ela ia adotar. Cheguei até o fórum, ele estava no Fórum de Encruzilhada, eu estava passando, ela até me chamou: "Bete, vem conhecer o pai da minha filha." Eu até fiquei assustada quando eu vi um senhor lá de aparência assim, uma pessoa bastante esclarecida.

Eu até cheguei a conversar com ele, ele me falou muito da região, que estava interessado morar na região. Eu fiquei até satisfeita, falei, é uma pessoa a mais que vem nos ajudar. Então, aí, o rapaz do cartório falou assim: eles estão registrando a bebê, você não quer vir aqui testemunhar como ela é mãe da... Então, encostei simplesmente porque se ele dissesse para mim que o registro não seria em nome dela, aí eu não tinha assinado. Então, eles lá fizeram a documentação, e eu não vi Adeídes há uns... fiquei uns 10 dias sem encontrá-la. Quando eu encontrei a Adeídes ela me disse que a filha estava em São Paulo, já me mostrou a foto da filha, inclusive tem fotos lá dela, da família, me levou para conhecer a mãe adotiva, que estava numa pousada. Fui lá, conheci a mãe, conheci o Sr. Ademilson, e ela... normalmente voltei para casa, como faço todos os dias. E, aí, foi só até aí o que eu fiquei sabendo.

E, aí, continuo levando ela para fazer o tratamento, como ela necessita, que ela tem que passar no médico cardiologista de 30 em 30 dias, que é uma pessoa alcoólatra também, não tem condição psicológica. Agora, no caso da Amanda, eu recebi uma pessoa na minha casa dizendo, chegou até junto com um rapaz, um rapaz do Conselho, dizendo que era de uma ONG de São Paulo, que queria me conhecer, que tinha vários projetos para me oferecer para o município. Então, como a gente mora numa região daquela e uma pessoa chega dizendo que quer conhecer a gente, que tem vários projetos e que ajudaria a gente, no lugar onde eu moro, então, eu acredito que não só eu, mas qualquer pessoa vai querer, não é? Porque, se é bom para o município, é bom para todos nós.

Então, essa mulher apareceu, me chamou para que eu andasse no povoado com ela, para fazer algumas visitas a famílias carentes, eu até interessei muito, levei em várias casas de famílias. Esse dia, ela ficou conhecendo a Amanda — essa Bia, que se dizia Bia. Depois disso aí, eu não vi mais essa família. Eles, se tiveram alguma coisa, foi eles lá. Depois ela já liga, dizendo para mim que estava vindo para Bahia novamente. Eu até me estranhei. E aí, não sei mais o que aconteceu. Isso é o



que eu sei. A Excelentíssima me desculpa quando eu disse assim, que, dependendo da pergunta, o que eu souber. Porque eu não estava, não sabia o que a senhora ia me perguntar, não é? Que eu tinha de estar de acordo com o que me perguntasse. Me desculpe.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A respeito do programa, eu não me lembro mais se tinha Adeídes, sinceramente não me lembro do caso. Mas, ali me chamou atenção uma jovem em que foi negociada — esse foi o termo —, foi negociada a adoção e venda, seja qual for o termo, um trato com a avó da criança. E a mãe da criança, a senhora sabe qual a idade da mãe da criança? Da mãe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Da mãe da criança?

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Não, perdão. Tinha o caso da avó... É, da mãe da criança.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não sei, porque eu não conheci a mãe da criança. Só a via na unidade, quando aparecia, porque estava precisando de ir ao médico ou de fazer uma consulta, ou qualquer coisa assim.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a senhora, como Parlamentar, a senhora não se preocupou em fazer, em procurar saber se poderia negociar com a avó, a partir do momento que a mãe já seria maior, tinha vontade própria, sabendo o que faz e o que não faz? A senhora, como Parlamentar, a senhora não teve essa preocupação?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Preocupei. No momento, eu preocupei porque eu vi, assim, que a mãe não estava querendo nem a própria filha em casa. Aí eu até perguntei para ela...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Por quê? Como a senhora viu isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Porque ela falou: “Se você traz mais um filho para casa...” Ela já não tem esposo e já cria 7 filhos, aí vai ser uma complicação. Aí eu disse assim: “D. Dalva, a senhora já criou os 7 filhos da senhora, está criando 7 filhos, 3 filhos a mais ou 3 a menos, eu creio que o que tem para 7 filhos, 10 filhos também sobrevivem com o que tem para 7.”

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Mas isso foram palavras da avó.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Da avó.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a mãe?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A mãe não ficava em casa, ela vivia na rua. Os filhos que... A avó que cuidava das crianças.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a senhora, como Parlamentar, a senhora estava... Mesmo mediante o que a avó estava falando, a senhora procurou fazer uma negociação com a avó?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, eu procurei, no dia que a Amanda teve filho no hospital, eu até levei para o hospital, pedi à Prefeita para aceitá-lo em casa e ajudar no enxoval e ajudar com cesta básica, para que Amanda mudasse de ideia. A Prefeita a acolheu em casa, ajudou no que pôde, só que, com 3 dias, ela chegou pedindo um caminhão para levar uma mudança até uma outra cidade. A partir daí, eu não sei como isso terminou.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Me desculpa, mas não ficou claro para mim, porque, no programa, o que aparece? É o tempo todo uma negociação com a avó. A mãe da criança praticamente não aparecia, aparecia sempre assim, como se estivesse sendo torturada — não sei qual o termo até que eu poderia usar agora. E, logo em seguida, quando nasceu a criança, ela falou que não entregaria a criança.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Porque eu só...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Só um minutinho. A impressão que me deu foi que houve toda uma negociação com a avó da criança, sendo mesmo de uma forma contrária à mãe da criança, e que, depois, pela questão até materna, ela pôde enfrentar a situação e não querendo entregar a criança. Foi essa impressão que eu tive vendo o programa.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Certo. Então, é igual eu acabei de dizer: que, depois disso, eu não tive contato com a mãe nem com a Amanda mais.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Não, tudo bem. A senhora não teve contato. Eu estou falando durante a gravidez da menina, durante a negociação que houve — porque o termo que foi usado no programa foi esse mesmo, de negociação.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora concorda com o termo “negociação”?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, foi o quê?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Porque eu não assisti à conversa delas, eu não ouvi a conversa. Que, se eu tivesse ouvido, eu estava aqui para dizer: “Foi assim mesmo, Excelência. Foi um acordo que eles fizeram.”

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Eles quem?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A mãe e a filha, com a mulher. Mas eu não ouvi, não a vi, não estava no momento.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - No programa, a senhora não apareceu conversando com avó?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Mas aquele dia foi no dia em que a senhora Bia, que dizia que era de uma ONG, que estava conhecendo as famílias da região. Aquele foi um outro dia.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a senhora, como Parlamentar, a senhora se envolveu nessa questão, mesmo sabendo — aí, eu vou massificar essa questão —, mesmo sabendo que seria uma negociação com a avó da criança e a mãe sendo uma moça, uma pessoa maior e que tem vontade própria. A senhora conversou, então, com uma pessoa, uma responsável por uma ONG, que foi... Estou falando dentro do que eu vi no programa.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sei. Certo.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora conversou com uma pessoa que veio de uma ONG, a senhora diz que quis ajudar a família, a avó colocou lá a questão do número de crianças, da posição — de repente, é uma posição financeira, social, não sei como seria.

Mas tudo ocorreu com uma mãe que tem uma vontade própria. E ali eu não ouvi, em momento algum, a mãe falando nada. Só a partir do momento em que a criança nasceu, foi que a mãe assumiu a sua maternidade, dizendo que não ia entregar a criança.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Engraçado, não é? A senhora ouviu ela dizendo que não ia entregar e aquelas crianças estão abandonadas lá na Vila do Café.



A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Não, mas aí é uma outra história. Aqui, quando eu solicitei, quando eu fiz o requerimento colocando aqui a questão de querer ouvir a Vereadora, foi baseado naquilo ali, porque, pelo que eu percebi...

Aí entra a nossa CPI, Presidenta. A nossa CPI, nós já apuramos vários casos de tráfico de crianças, exploração infantil, pedofilia. Então, quando eu assisti àquele programa, a impressão que me deu, na questão da ONG, é que existia ali uma quadrilha, com exploração de crianças. E que, a partir do momento em que eles chegaram a Encruzilhada e que houve aquela situação, é como se — novamente, eu coloco a questão do programa —, é como se a Parlamentar tivesse participado daquela ONG ou daquela quadrilha. Porque houve uma negociação — foi isso que foi colocado no programa.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Certo. Mas é igual eu acabei de responder. E falo e repito: se houve uma negociação, eu não sei dizer e não sei responder porque eu não assisti.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Mas a senhora é que levou a pessoa lá de São Paulo, levou até à avó da criança.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não levei só na casa dela. Eu levei em várias casas de pessoas carentes.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Sabendo que é uma ONG que faz esse tipo de coisa.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Elas me diziam que eram da ONG e queriam conhecer. E, no dia que ela veio dizendo que era da ONG, ela não falou que queria criar a criança; ela prometeu ajudar a família lá mesmo, em Vila do Café.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, quando a ONG chegou lá em Encruzilhada e que a senhora a recebeu, a senhora não sabia qual era o objetivo dessa ONG?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, ela não me disse que veio buscar a criança.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Mas olha só: a senhora colocou aqui que a avó passou para a senhora uma necessidade, lamentações sobre a questão



de quantas crianças tem naquela família, uma necessidade porque — vou colocar assim — queria ver o neto ou a neta numa melhor situação.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Certo. Mas...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, se a senhora levou essa pessoa até essa avó, a senhora ali não imaginou, não calculou que seria, de repente, uma adoção que iria ser feita?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não imaginei que era uma adoção porque, nesse dia, ela não ajudou só essa família. Ela comprou fralda descartável para outras famílias que estão lá, comprou alimentação — essa mulher que se dizia da ONG.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora achou, então, que poderia ser...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Achei que ela queria...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - ... tipo uma assistente social, que estaria dando um apoio.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso foi no papel que ela estava dizendo.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora achou isso? Papel? Qual papel?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - No papel que ela estava fazendo. Que ela me fez um papel que era da ONG e que queria ajudar.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Mas, papel? A senhora diz papel, papel?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, papel assim não.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Comportamento?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Comportamento. No comportamento. E, aí, o que aconteceu? Ela ajudou não só essa família nesse dia, por isso eu não sei dizer se houve negociação, porque o que eu vi lá, no momento, eu vi que ela foi até o mercado, junto com a própria Dalva. E eu deixei elas conversando e fui embora.



A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, aqui eu ouvi, e os colegas também, que, por diversas vezes, a senhora usou o termo “ajudou”. Então, o que a ONG foi fazer lá foi ajudar?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ajudar. Inclusive, ela ajudou um rapaz que era cadeirante nesse dia, ela foi até a casa desse cadeirante comigo, comprou uma almofada, material que fala... colchão d’água, não sei, comprou esse travesseiro e deu para esse cadeirante, e até hoje ele está lá usando.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, a senhora afirma que essa ONG foi para lá para ajudar aquelas pessoas, aquelas família.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - O que eu vi no momento, o que eu vi, o que eu achava era isso.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Como é que a senhora conheceu essa ONG?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não ela ligou... Não, o Conselho de Saúde de Encruzilhada tem um rapaz que levou ela até lá, em Vila do Café.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - O Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim, o rapaz do Conselho.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Qual é o nome do rapaz?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Daniel.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Do Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim, só que eu não vi esse rapaz; me falaram que ele estava lá, eu não vi. Ela que me disse: “Eu vim com o conselheiro aqui, à Vila do Café, visitar, porque me disseram que aqui tem várias famílias carentes e que aqui há uma demanda, a carência é muito grande, que você faz um trabalho social sem ajuda de ninguém.” Eu falei: “Não, não é bem assim não. Eu tenho o suporte da Prefeitura e sou Vereadora. Eu creio que, com o salário de Vereadora, eu ajudo no que posso.”

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - O Conselho da Saúde? Ou Conselho Tutelar? Porque foi até a pergunta...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Conselho Tutelar.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Conselho Tutelar?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Que o rapaz levou. Eu não vi o rapaz, eu não vi. Ela que me disse e citou: “Eu vim com o conselheiro para aqui.” Eu falei: “Mas, engraçado, por que vocês não vieram a ter...” Ela falou assim: “Não, eu vim e quero conhecer a região.” Inclusive, ela não passou só esse dia em Vila do Café.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Ela usou o nome do Conselheiro Eduardo, que a senhora falou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Daniel.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Daniel de quê?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não sei a assinatura. Não...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora é Vereadora de lá?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Quantos conselhos tutelares tem no local?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Tem 6.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora, então, atendeu a uma ONG, onde a pessoa colocou que estava indo ao seu encontro através de um Conselho Tutelar. E a senhora não procurou ver a veracidade disso?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Procurei. Falei assim: “Mas, onde tá o conselheiro?” Ela disse: “Ficou na praça me esperando.” Quando eu voltei pra procurar ele na praça, não encontrei mais. E ela também já tinha...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, a partir do momento em que a senhora não encontrou, como é que a senhora buscou...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Fui a Encruzilhada... Desculpa. Fui a Encruzilhada, procurei ele, falei assim com ele: “Daniel, eu queria falar com você. Você foi em Vila do Café com uma pessoa de uma ONG?” Ele: “Ah, eu conheço uma pessoa que veio aqui, a Sra. Bia, e me falaram de uns projetos. E, aí, eu fui até lá com ela. E também deixei ela lá e vim embora.” Foi esse o fato.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - A senhora mostrou aqui um documento com uma autorização. A questão da Adeídes, não é isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Adeídes.



A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Adeídes?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Tem um documento de autorização ali. Então, eu pergunto: lá em Encruzilhada, vocês têm cartório lá?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Tem.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E por que esse documento não está registrado em cartório?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Porque ela me entregou depois daquela reportagem. Ela chegou na minha casa, me entregando esse documento, dizendo que ela tinha falado umas coisas de mim na reportagem, que ela estava arrependida e que foi levar para mim esse documento.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, a senhora concorda que esse documento não tem...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não é legal.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - ... validade.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não tem validade e não é legal. Porque eu, no papel de mãe, eu não ia assinar um documento assim, sem nada...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Porque a senhora apresentou aqui documentos — tudo bem — da Câmara Municipal. Mas a autorização...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Aqui o documento não é da Câmara Municipal, não.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Não, minha querida, esse aqui. Pelo menos aqui está escrito: Câmara Municipal.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, esse aqui... Excelência, desculpa, mas esse aqui é um pedido de uma extensão do Conselho Tutelar, que eu fiz para Vila do Café.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Tudo bem, mas eu estou dizendo o que estou lendo aqui.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Esse aqui, esse aqui que eu mostrei para senhora e esse aqui.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Correto. Sendo que esse tem aqui...



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - De Vitória da Conquista.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Poder Judiciário, Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Comarca de Vitória da Conquista, Juizado da Infância e da Juventude. Eu estou me referindo a esse documento aqui.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ah, tá.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - De autorização. Para mim, ele não tem validade porque não tem um registro.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Um registro.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E, aí, eu pergunto: por que isso não foi registrado?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso cabe à mãe. Eu fiz essa mesma pergunta para ela. Ela me disse...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Cabe à mãe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A mãe é que tinha de se preocupar, de ver por que ela estava assinando um documento que não era autenticado.

(Pausa.)

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Eu me lembro de um programa que teve aquela reação do seu marido em relação ao programa, não é?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Por que aquela reação tão brusca do seu marido?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu vou explicar para a senhora, Excelência. Foi por que a gente estava numa roça, e a gente não sabia o que estava acontecendo. Quando a gente chegou perto de casa, assim, a uns 100 metros, chegaram 2 rapazes para gente e disseram assim: "Olha, estão invadindo a sua casa."

Eu falei: "Mas invadindo por quê? O que é que nós fizemos?" Nós estávamos na roça, trabalhando. "O que é que aconteceu?" Aí, o meu esposo... Eu falei assim: "Eu vou descer e vou ver o que está acontecendo. Você fica aqui." Porque onde nós moramos é um lugar bastante perigoso. Bastante perigoso, porque a gente não tem,



assim, policiais na localidade, o suficiente; tem um policial uma vez por semana. Então, qualquer fato que venha assim... É preocupante.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E a senhora, como Vereadora, já tinha solicitado isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Já solicitamos. Não só eu, mas vários Vereadores já solicitaram. Agora é que eles estão tomando essas medidas, nessa gestão agora.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Nessa gestão?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, quando o programa foi realizado já tinha ali todo um aparato da Polícia Militar?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. Quando eu cheguei lá no momento não tinha nenhuma polícia no local. Não tinha ninguém. Só tinha esse povo e o repórter.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Porque a senhora colocou que o município, ele teve aquela reação porque o local é um local perigoso. Foi esse o termo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso, bastante perigoso, inclusive o bairro onde eu moro.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - E, aí, eu perguntei à senhora, enquanto Vereadora, se a senhora já tomou alguma providência, já fez alguma solicitação em relação a essa questão da segurança. E a senhora disse que sim, e que melhorou nessa gestão. E, pela reportagem, até onde eu entendi, tudo aconteceu nessa gestão.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Nessa gestão, exatamente. Mas, delegado... Inclusive nós estamos tendo...

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, por que aquela reação do seu marido?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Nós estamos tendo delegado agora em Encruzilhada.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Agora? Desde quando?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu creio, se não me engano, agora, em março, para cá. Não sei direito. Não me lembro, mas eu acho que é isso.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Qual é o nome do delegado?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Doutor, por favor, sabe o nome do delegado?

O SR. PEDRO ALVES DE LACERDA SOBRINHO - Dr. Israel.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Israel.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Qual?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Israel.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Israel? E o sobrenome dele?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. PEDRO ALVES DE LACERDA SOBRINHO - Ele é delegado...

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu acho que a gente pode... Eu não posso tomar o seu depoimento, não é?

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Ele quer só falar o nome.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O.K.

O SR. PEDRO ALVES DE LACERDA SOBRINHO - É Dr. Israel. Ele é Delegado do Município de Barra do Choça e responde pelo Município de Encruzilhada. A cidade não tem delegado titular.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Não, eu perguntei o sobrenome dele.

O SR. PEDRO ALVES DE LACERDA SOBRINHO - É Dr. Israel. Agora, o sobrenome... Dr. Israel. Ele é delegado titular do Município de Barra do Choça, Bahia.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - O marido da senhora trabalha atualmente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Na roça.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Fazendo o quê?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Na roça, normal. Limpa café, cuida, planta feijão.



A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Hum, hum. E, atualmente, a senhora...
Quantos mandatos a senhora tem?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É o primeiro.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - É o primeiro?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Qual é a base... Não sei se a senhora pode falar aqui, a senhora fique à vontade de falar. Qual é a média do salário da senhora atualmente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não gostaria de responder, por favor.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Não gostaria de responder?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Tudo bem. Bom, a princípio, Presidente, eu, apesar... Deixo esclarecido até para os nossos colegas Parlamentares e para quem está presente, até aqui as respostas não... Pelo que eu acompanhei no programa, ainda não ficaram esclarecidas. Eu gostaria até, dependendo das perguntas dos nossos colegas — quem sabe? —, eu, então, poderia chegar a uma conclusão. Mas, a princípio, as perguntas seriam essas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu vou passar para o Deputado Geraldo Pudim, para os seus questionamentos tanto para o Dr. Éverton como para a Sra. Vereadora Maria Elizabete.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sra. Presidente, Sra. Relatora, Dr. Éverton, Vereadora Maria Elizabete.

Sra. Presidente, eu queria apenas consultar a Relatoria e a Mesa, porque confesso que eu estou um pouco confuso em relação a esse episódio aqui, não pelo fato em si, mas porque, na verdade, a origem da criação da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito foi para apurar fatos de crianças e adolescentes desaparecidos no Brasil. Ao que me parece, Sra. Presidenta, esse episódio aqui é um episódio típico de adoção sem o devido processo legal, não é?

Ao que me parece... Inclusive a exposição do Dr. Éverton aqui foi nessa direção: a adoção sem o devido processo legal, que é, evidentemente, uma vertente do desaparecimento de crianças e adolescentes, de sorte que enriqueceu o nosso



conhecimento acerca da adoção sem o devido processo legal, mas, ao que me parece, sob o ponto de vista do desaparecimento de crianças e adolescentes, que nós estamos investigando, não me parece o caso. Parece-me o caso, sim, de adoção sem o devido processo legal, com o consentimento da família, e não de desaparecimento.

Esse caso específico da Vereadora também me parece outro viés um tanto diferente do objetivo da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, que seria a investigação de crianças desaparecidas. Neste caso, houve consentimento, houve participação de avó, houve participação de mãe, houve participação de ONG, houve participação de Vereadora. É caso de adoção sem o devido processo legal.

Então, eu não sei nem se nós deveríamos prosseguir... Se for o caso de a Presidenta entender que nós devemos prosseguir nessa oitiva, eu queria sugerir à Mesa que fizesse aqui, então, uma acareação, porque eu, como todos nós aqui, sou vítima de ataques por parte da imprensa. E eu queira ver essa fita na íntegra, e não editada. Porque é diferente um programa que vai por edição de um programa gravado na sua íntegra, sem nenhum corte. Aí, sim, eu poderia fazer um juízo de valor.

Permitam-me, Sra. Relatora, Sra. Presidenta, demais colegas, a minha discordância em relação à continuidade desta audiência pública, uma vez que, para mim, está tipificada aqui a adoção sem o devido processo legal, e não o desaparecimento de crianças e adolescentes, que é o nosso caso e o objetivo principal da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Era esse o encaminhamento que eu queria fazer. Se a Mesa entender de dar continuidade a esta oitiva, eu gostaria muito que pudéssemos ter aqui a participação das outras autoridades envolvidas. E quem são as autoridades? A pessoa da televisão que fez a reportagem, tem que estar aqui; o delegado que foi citado aqui, agora, tem que estar aqui; a mãe tem que estar aqui; a avó tem que estar aqui. Todos têm que estar aqui para serem ouvidos.

O que me parece, e não estou saindo em defesa da Vereadora, absolutamente não estou fazendo juízo de valor, mas acho que a Vereadora, sozinha aqui, não pode responder por esse fato.

Essa é a minha observação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu gostaria, antes de qualquer coisa, fazer uma pergunta ao Dr. Éverton Luiz Zanella.

Dr. Éverton, qualquer desses casos de adoção de forma ilegal apontou para alguma criança desaparecida que tenha sido feita uma adoção ilegal, ou até uma adoção tipo legal, mas sem ter o conhecimento de que era uma criança desaparecida, isto é, retirada, sem consentimento do pai ou da mãe?

O SR. ÉVERTON LUIZ ZANELLA - Bom, dentro desses casos exibidos pelo programa, não. Foram adoções de crianças que foram para famílias diversas das biológicas; foram para famílias diversas. Não gerou esse desaparecimento.

A única coisa relacionada é o que o próprio Dr. Geraldo falou, da vertente de, por exemplo, numa adoção ilegal, para não ser registrada, a criança sumir e ninguém mais saber onde foi parar. Mas, nesse caso específico, que eu tenha conhecimento, não. Na verdade, nos casos exibidos pelo programa, não, e, na nossa investigação, também não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu acho que nós poderíamos suspender os trabalhos por 5 minutos, para nos reunirmos e definirmos como vamos proceder.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Deputado, quando eu assisti ao programa e fiz a solicitação desta audiência foi porque, ali, o tempo inteiro foi colocada a questão do tráfico de crianças, e esse é um assunto que nós temos debatido, sim, na nossa CPI.

E aqui, na decisão do Supremo Tribunal Federal, há uma parte que diz que não está... Não está a Comissão Parlamentar de Inquérito impedida de estender seus trabalhos a fatos outros que, no curso das investigações, despontem como irregularidades, ilícitos ou passíveis de interesse ou estima do Parlamento, desde que conexos com a causa determinante da criação da CPI, nem de aditar ao seu objetivo original outros fatos inicialmente imprevistos.”

Ou seja, o que quero dizer é que foi aprovada aqui por esta Comissão a questão da urgência, e foi colocado que existem casos de crianças desaparecidas. O que me chamou a atenção, principalmente, foi essa ONG de São Paulo, que, para mim, na minha visão, ficou colocado que é uma quadrilha, que usa Internet e tudo



mais, despontou em Encruzilhada, e foi utilizado o nome, a figura de uma Parlamentar que está aqui presente.

O programa, o tempo todo, colocou a questão do tráfico de crianças, incluiu a questão do médico que faz atestados falsos, ilegais, e tráfico de crianças, onde foi colocado o nome da Parlamentar.

Quando eu iniciei, Deputado, as perguntas, eu coloquei muito nitidamente, a partir do momento em que ela não quis fazer nenhuma explanação, eu fiz perguntas baseadas no programa: o que ela tinha para esclarecer para nós a partir do programa, se era verídico ou não? Não estou aqui me colocando nem mesmo... A questão aqui não é imprensa; a questão aqui é a partir de um programa que eu assisti e eu quero ouvir uma Parlamentar. Isso é uma coisa muito normal dentro da nossa CPI. Temos feito isso em vários locais, inclusive é uma pergunta que V.Exa. sempre faz, com a qual sempre teve muita preocupação, que é sobre o tráfico de crianças.

O nobre Deputado sempre teve essa grande preocupação quanto ao tráfico de crianças, e nós sabemos que é realmente um fato muito decisivo, muito grande, para uma CPI sobre crianças desaparecidas. Nossa ideia até se complementa realmente, porque ali foi colocado tráfico de crianças.

O único motivo pelo qual eu solicitei a presença da Parlamentar foi porque foi envolvido o nome dela. Tirando São Paulo, onde, com toda certeza, é feito esse tráfico com outros Estados também... porque é uma ONG que faz tráfico de crianças, e no programa especificamente eles colocaram a questão de Encruzilhada, envolvendo o nome da Parlamentar. Foi isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Eu só queria aproveitar a oportunidade, se a Presidenta permitir, fazer uma réplica, ou tréplica, se for o caso. De forma alguma, Sra. Relatora, eu estou aqui discordando de que nós podemos derivar, de que é regimental derivar nos assuntos que são concernentes. Mas vejo eu que nesse episódio se citou ONG, envolveu delegado, envolveu médico, envolveu até juiz. Acho que nós estamos aqui ouvindo apenas uma das partes. Para que esta audiência pudesse ter efetividade, nós deveríamos ouvir a todos, e não só a Vereadora.



O arcabouço do que pude observar pelo depoimento do Dr. Éverton e da Vereadora está muito mais tendente à adoção sem o devido processo legal, que não nos impede de estar aqui verificando, justamente pelo o que a senhora colocou, que é a questão do tráfico, mas, e são palavras até do próprio Promotor, nesse caso específico a que V.Exa. se refere, ali não houve nenhum desaparecimento; houve, sim, adoção sem o devido processo legal. E para que a gente possa aprofundar esse processo da adoção sem o devido processo legal, é necessário que nós façamos diligências ou que nós façamos oitiva de todos os envolvidos e não tão somente da Vereadora, porque, vejam bem, a Vereadora não tem poder para emitir uma autorização de viagem. Quem emite autorização de viagem é o juiz.

Se existem casos de laudos que estão sendo fornecidos para que já saia a adoção em nome dos pais adotivos como se fossem pais, tem envolvimento de médico. Então, o caso é muito emblemático para que a gente possa efetivamente estar dando prosseguimento a essa oitiva aqui. Este é o meu pensamento, não discordando — está certo? — do poder que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem de derivar da sua atuação principal. Mas acho que nós precisávamos ter mais elementos para podermos ouvir. Eu, particularmente, não vi o programa, não vi o programa, não assisti o programa, e gostaria de vê-lo na íntegra, sem edição, sem edição. Não é? Eu não vi na íntegra. Eu quero vê-lo sem edição. Eu não vi. Então, eu me sinto aqui, com toda a sinceridade, impotente para fazer qualquer questionamento a Vereadora. Eu, particularmente, me sinto aqui sem condições de fazer questionamento à Vereadora, sem que aqui estivesse as outras partes envolvidas: médico, juiz, delegado, todo mundo aqui.

Eu acho que nós podemos aprovar um requerimento convocando a todos aqui. Aprovar um requerimento... Se é que já não tem aprovado. Se não tem aprovado... Se tem aprovado, precisamos ouvir. Então, precisamos fazer uma oitiva, uma acareação de todos, de todos aqui. Para que não pareça que tão-somente a Parlamentar seja, a Parlamentar seja... Vamos dizer assim: a pessoa que... Se ela tem responsabilidade... Vereadora, a senhora me desculpe, a senhora vai pagar pela responsabilidade. A parte que cabe à senhora, a senhora não está eximida da responsabilidade. Não é dada a uma Vereadora, a uma Parlamentar, desconhecer da adoção sem o devido processo legal. Não é dada a senhora esse direito, ainda



mais que a senhora é uma Parlamentar. Porém, vejo eu que tem mais pessoas envolvidas. E, pelo andar da carruagem, só a Vereadora está pagando essa conta, quando essa conta aqui é extensa a juiz, é extensa a delegado, é extensa a médico, é extensa a uma porção de gente, à ONG. Vamos trazer essa ONG aqui. Que ONG é essa? Que ONG é essa que eu não sei. Então, nós não podemos aqui estar num processo de oitiva, envolvendo uma Parlamentar em que eu não tenha aqui elementos necessários para continuar a fazer qualquer tipo de pergunta. O Dr. Éverton aqui fez uma exposição belíssima sobre adoção, sem o devido processo legal, foi ótimo aqui. E o encaminhamento também deriva para a adoção sem o devido processo legal.

Eu gostaria de pedir à Presidenta que nos permitisse ouvir a todos, conhecer melhor o caso. Eu aprovei o requerimento, votei no requerimento, não o vi, mas, pelo relato que eu estou ouvindo aqui, esse processo é de adoção sem o devido processo legal, com o envolvimento de mais pessoas. Eu peço perdão à Mesa, à Relatora, não tem qualquer tipo aqui de ataque evidentemente, mas me sinto impotente continuar sem a participação dos outros atores nesse processo da Bahia.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Deputado, eu gostaria de sugerir, então: com toda a certeza, a questão que V.Exa. está colocando é superimportante. Eu também gostaria de ouvir a todos. Não é? Apresentamos vários requerimentos, e pela Câmara não foi possível, colocando a questão da passagem e vários impedimentos. Então, a própria Vereadora não viria hoje. Ela surgiu aqui hoje, como ela disse, foi por vontade própria, mas foram apresentados requerimentos com alguma das partes. Não vou dizer que foram da avó, vamos dizer. Até pedi ao Manoel para que os trouxesse aqui. É importante, sim. Então, eu queria sugerir que nós fizéssemos esta audiência, de uma forma mais extensa, de repente até mesmo no Município de Encruzilhada, exatamente para não acontecer o que houve. Porque aqui várias pessoas colocaram a questão da impossibilidade de estar aqui. Então, nós, Parlamentares, iremos ao local.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Concordo em gênero, número e grau com V.Exa.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Permita-me só fazer uma referência?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu acho que a Deputada Andreia Zito tem razão. Eu acho que pode ser esse o caminho, não é? Pelo menos a gente tem uma visão geral. Porque a adoção ilegal pode pressupor também desaparecimento. Por que não? Não é? Ela pressupõe desaparecimento. A não ser que haja o entendimento de que, pelas famílias, isso aconteça. Como a própria Vereadora acabou de dizer: "Isso é tradição, as pessoas não querem, não podem criar os filhos, pedem para deixar com alguém, etc." E acaba ficando sem nenhuma parafernália legal e isso complica muito a vida dessas pessoas simples, pobres, às vezes, e caminha por aí. Mas muito bem. Não é uma coisa legal, tem que ser combatida, não é? Mas a adoção ilegal poderá ser pressuposto de desaparecimento, não é? E eu acho que isso a gente pode ver lá. Inclusive se há algumas questões na cidade ou na região de queixas de desaparecimento, não é? Se houver queixas de desaparecimento na cidade, ou na região, aí a coisa começa a se complicar, não é? Então, eu acho que a gente pode ver isso lá. Eu acho que a Deputada Andreia Zito tem razão. Eu acho que pode ser o caminho adequado. Não deixar de ter razão, também, o Deputado Pudim, por que se trata de adoção ilegal, etc., mas poderá ter uma conexão, como diz o próprio Promotor, com essa questão do desaparecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu vou propor, realmente, que nós tenhamos 5 minutos de suspensão desta reunião, desta audiência pública, que nós possamos nos reunir e voltar aqui com uma proposta capaz de atender as nossas necessidades e que, desta forma, então, nós possamos ter um entendimento melhor dessa situação. Vou verificar se, aqui atrás, a gente consegue essa sala. Por 5 minutos, nós vamos suspender a reunião.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Declaro aberta, novamente, a 39ª reunião.

Vou pedir para o Deputado Vanderlei Macris assumir a Presidência, porque eu preciso sair em pouquíssimo tempo, tenho um compromisso anteriormente agendado.



O que nós vamos fazer agora é ouvir, de forma reservada, as demais pessoas que vieram de Encruzilhada. Deveremos fazer uma oitiva, uma audiência pública — é isso, Deputado? — lá em Encruzilhada, mesmo. Então, Deputado Vanderlei Macris, vou pedir para V.Exa. assumir a Presidência. Peço desculpas por ter que sair, e agradeço a todos a presença.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Sra. Presidente... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Não sei se eu posso fazer uma interferência agora, ou só posteriormente, a respeito de mais duas denúncias a respeito de desaparecimento de crianças. V.Exa. gostaria de receber agora ou posteriormente à conclusão do que nós já temos encaminhado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Deixe-me entender o que V.Exa. propõe, Deputada Sandra Rosado: 2 requerimentos...

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Eu quero apresentar 2 requerimentos em relação ao desaparecimento de crianças no meu Estado, o Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Ah! Por favor. Agora. Está bem.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Eu quero apresentar 2 requerimentos de desaparecimento de crianças e aparecimento de uma outra criança na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Eu gostaria de saber se nós faremos isso agora ou posteriormente no encerramento dessa fase que já foi iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Se é só apresentar a Presidência recebe de V.Exa. o requerimento.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Bom. Então, eu quero apresentar 2 fatos que aconteceram na cidade de Caraúbas, no Rio Grande do Norte, em que um menor, Jonathan da Silva Dantas, desapareceu da cidade, acompanhada essa criança de um policial. Nós já fizemos algumas investidas para ter maior esclarecimento. Essa criança continua desaparecida e o policial, também, continua desaparecido. Esse é o caso de Caraúbas, no Rio Grande do Norte. O segundo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Presidência pede à Secretaria que, por favor, receba o requerimento.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Segundo caso.

Eu quero nesse aqui inclusive convocar o Secretário de Segurança, o Delegado Regional, o Major Romualdo, Comandante do 7º Batalhão e a mãe Maria Rejane. Eu gostaria que fosse deliberado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Está bom.

A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO - Outro caso é do surgimento de uma criança que foi jogada por um caminhoneiro na cidade de Mossoró. Essa criança está sob guarda. Ela foi jogada por um caminhoneiro na semana que passou. Um policial federal, que estava de folga, notou que o caminhoneiro jogou alguma coisa, que, à distância, pensou ser um pacote. Quando ele chegou, era uma criança de 8 anos.

O Conselho Tutelar já foi acionado, e já está sob seus cuidados essa criança. Essa criança poderá ser uma das crianças que estamos buscando — quem sabe? Ela é surda-muda, mas ela tem algumas expressões que, posteriormente, eu gostaria de passar para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Presidência recebe de V.Exa. os requerimentos.

Nós já iniciamos a Ordem do Dia, portanto, não, é impossível a deliberação neste momento. A Presidência está pedindo à Secretaria para colocar na Ordem do Dia de amanhã, O.K.?

Bom, nós tomamos uma deliberação, Deputado Pudim, e V.Exa está inscrito para falar, bem como os Deputados Antônio Carlos Chamariz e João Campos, e para perguntar aos nossos convidados.

Quero saber se houve também uma deliberação do Colegiado da Comissão, no sentido de ouvir mais 2 pessoas que querem se manifestar, 2 Vereadores da cidade de Encruzilhada, na Bahia. Nós já deliberamos fazer esse depoimento e essa oitiva de maneira reservada.

Quero saber se V.Exas. pretendem se manifestar posteriormente a essa oitiva, e aí vou aos nossos convidados que aguardem um pouco mais até que nós



podéssemos terminar essa oitiva reservada dos 2 Vereadores que aqui se encontram.

Deputada Andreia Zito, os Vereadores que V.Exa. disse que estão presentes e também querem participar são os Vereadores Roberto Virgens Moura e Gileno Alves dos Santos.

A Presidência submete à apreciação do Plenário.

Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Está aprovado.

Portanto, suspendo aqui, por algum tempo, esta reunião, a fim de que nós possamos ouvir, preliminarmente, os 2 Vereadores em sessão reservada.

Em seguida, voltaremos para dar continuidade aos nossos trabalhos.

Agradeço a V.Exas., Deputada e Vereadora, a paciência, a fim de que nós possamos dar seguimento a esse trabalho, ouvindo, nesse intervalo, os 2 Vereadores presentes.

Vou passar os trabalhos desta Comissão para sessão reservada.

(Pausa.)

Peço apenas aos Parlamentares que fiquem neste plenário, por favor. Vamos dar início a uma reunião reservada.

(Realiza-se reunião reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Está reaberta a reunião.

Gostaria de submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares a ata da 39ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, consequências e responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Solicito a dispensa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Aceita a dispensa da leitura da ata, Deputados Domingos Dutra e Geraldo Pudim.

Em votação.



Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Eu gostaria de agradecer neste momento a presença do Dr. Éverton Luis Zanella, Promotor de Justiça e Secretário Regional do GAECO — Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, núcleo de São Paulo, e solicitar a S.Sa., se puder, informações e documentos, se os tiver, para remeter a esta Comissão. Seria muito importante.

Quero dar a V.Sa. a palavra para as suas considerações finais.

Agradeço muito a oportunidade da sua presença aqui, esclarecendo fatos tão importantes para a nossa CPI.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Deputada Andreia Zito gostaria de fazer uma manifestação anterior.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Sr. Presidente, eu só queria mesmo agradecer a presença do Dr. Éverton aqui. Com toda a certeza, contribuiu muito. Eu fiz logo as perguntas. Passei logo às perguntas que queria fazer. E, até sentindo-me um pouco indelicada agora, gostaria muito de agradecer-lhe a presença aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Com a palavra.

O SR. ÉVERTON LUIS ZANELLA - Bom, eu é que agradeço a oportunidade. É uma honra estar aqui. Parabenizo-os pelo trabalho, mais uma vez.

Quero dizer que nós estamos à disposição. Se precisar vir de novo, eu venho, não tem problema nenhum. E toda documentação que for útil a gente disponibiliza. Há outras oitivas, há documentos. Basta uma cópia da ata ou um ofíciozinho simples e eu já remeto o que for de interesse. Estou à disposição também, realmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Nós é que agradecemos, Dr. Éverton.

A Secretaria já providenciou um ofício solicitando essa informação, essas oitivas e documentos complementares.



Muito obrigado, então, Dr. Éverton. O Sr. está liberado, dispensado da sua manifestação. Muito obrigado.

Nós vamos manter presente a Vereadora Maria Elizabete de Abreu Rosa, para as perguntas dos Srs. Parlamentares.

Dona Maria Elizabete, nós gostaríamos de pedir-lhe um pouco mais de paciência. De maneira muito objetiva, algumas perguntas são necessárias, em função da reunião que tivemos anteriormente.

Eu passo a palavra neste momento ao Deputado Geraldo Pudim para que possa fazer a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Vereadora Elizabete, a senhora tem conhecimento de que está indiciada e do motivo pelo qual está indiciada? É a pergunta objetiva. A senhora poderia falar ao microfone?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Tenho, sim, doutor.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Por que a senhora está indiciada?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Por essas acusações que foram feitas pela reportagem.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sim, mas quais acusações?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Das aquelas adoções ilegais de crianças.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Adoção ilegal de crianças?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim, ilegal, de crianças.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então, a senhora tem conhecimento de que está indiciada?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim. Já estou respondendo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Eu queria pedir à Presidência um pouquinho, para a gente poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Sr. Secretário, gostaria de pedir a gentileza de solicitar às pessoas que estão em frente à sala que mantivessem um pouco mais de silêncio, ou fechasse a porta, para que nós pudéssemos continuar nossos trabalhos. Por favor.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então, a senhora tem conhecimento de que está indiciada?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Por reportagem.

Em quantos processos a senhora está indiciada?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - O advogado, que está ali, ele pode responder para mim, por favor?

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Veja bem... Eu acho que não é permitido.

Veja bem: eu estou lhe perguntando. A senhora diz que tem conhecimento de que está indiciada. E a senhora não sabe em quantos processos está indiciada?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Doutor, eu não sei explicar bem para o senhor, Excelência, porque eu... Essa semana mesmo que eu assinei uma procuração até para os advogados e a gente ia sentar essa semana para eles me explicarem melhor.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então eu vou tentar ajudar: a senhora está indiciada no processo da Amanda?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora está indiciada no processo da Adeides?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora tem conhecimento de que está indiciada tão somente no processo da Adeides?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Da Amanda, a senhora não tem conhecimento de que a senhora está indiciada?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora tem conhecimento de que há mais processos em andamento dentro da Promotoria de Justiça do seu Estado, que também tratam de assunto referente à senhora, de adoção ilegal?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não estou tendo conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora não tem conhecimento?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora conhece Adriana, mãe de criança?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. Não tenho conhecimento desse caso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora conhece Marinalva?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Vejo de vista lá em Vila do Café.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora conhece a dona Claudinha?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Vejo também. Mora lá em Vila do Café hoje, mas ela é de São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - É de São Paulo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora conhece dona Eliete?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eliete? Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora conhece dona Corina?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Conheço.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora conhece dona Neta?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Não conhece dona Neta?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Vejo também, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Vou fazer uma pergunta objetiva à senhora.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Certo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Em algum momento desse processo que a senhora disse, de envolvimento com adoção sem o devido processo legal, foi-lhe oferecida alguma vantagem para que a senhora pudesse intermediar essas adoções?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora sabe quantas adoções intermediou?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu tenho documentos em mão: 3 adoções.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Só tem conhecimento de 3 adoções que a senhora intermediou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Três adoções, sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora pode precisar para a gente quais foram essas 3 adoções?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Deixa eu falar o nome aqui para o senhor: Ana Paula Ferreira...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Ana Paula Ferreira. De quem é essa Ana Paula Ferreira? É filha de quem? Ou é mãe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ela é mãe de Sofia.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Mãe de Sofia.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sofia.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Essa Sofia... Foi intermediada a adoção dela? A senhora sabe em que ano?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não sei. O ano eu não sei. Não me lembro, doutor.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora não se lembra?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Essa adoção da Sofia foi feita a quem?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A patroa da Ana Paula quem adotou.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A patroa.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Ela mora no mesmo Estado?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Mora em... Hoje ela está morando em São Paulo. Ana Paula também morava em São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Ana Paula também morava em São Paulo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A Ana Paula, por algum motivo, algum dia, mostrou arrependimento e quis essa criança de volta?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ela viaja para lá todo ano, para a casa da filha, para visitá-la, lá em São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Ela visita essa criança?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Visita.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Visita a Sofia?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Visita.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Qual é a segunda criança que a senhora ajudou a intermediar?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Adoção. Fazer adoção.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Adoção.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É Emile.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Emile é mãe ou filha?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É filha.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Emile. Quem é mãe da Emile?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A mãe da Emile... A mãe... Hum... não lembro o nome da mãe... Ela tem o apelido de Litinha. Agora, não lembro o nome, doutor.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Litinha?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Me diga uma coisa, a Litinha...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Mora com a mãe adotiva da Emile. É a Roberta.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora intermediou para a Roberta?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Fez adoção lá no cartório de Encruzilhada.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A Roberta, então...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Roberta.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - ...em cartório de Encruzilhada, adotou a Emile?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso, adotou.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A Emile é filha da Litinha?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A Litinha tem acesso à Roberta?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Tem. Ela está morando hoje com a patroa. Ela é patroa dela hoje.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sei. Mas foi adotada legalmente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Dentro do regime, sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Legalmente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Legalmente.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Qual é a terceira adoção de que a senhora tem conhecimento?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Evanilda.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Evanilda é filha ou mãe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Evanilda é mãe.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Evanilda...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É mãe do Enzo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Do Enzo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então, a Evanilda... A senhora sabe para quem a senhora intermediou a adoção do Enzo? Quem adotou o Enzo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ô, doutor... Ô, Deputado, eu não me lembro, porque, nessa época, Evanilda não me procurou. Eu só conheço a Evanilda, porque ela me fala que neste dia estava fazendo a adoção. Eu até cheguei no momento e dei uma carona a ela, para ela retornar para casa.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Mas a senhora não acompanhou o processo de adoção?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. Eu só fiquei só com ela, quando operou e adoeceu, que ela me falava que, na época, ela estava fazendo adoção.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora intermediou, mas não sabe para quem?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, ela fez adoção no cartório lá. Ela mesma foi com o marido dela. Eles dois assinaram.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Não, porque a pergunta que eu fiz à senhora foi a seguinte: a senhora intermediou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ah, sim. Não, eu...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora disse que intermediou 3.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Deixa eu te falar: ela é minha vizinha hoje — ainda é minha vizinha — e ela foi lá no fórum, com o marido dela, na época que ela tinha feito uma cirurgia. E eu, levando-a para o hospital, passei um dia no fórum com ela e ela estava lá fazendo a adoção. Ela e o esposo dela.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então, a senhora não intermediou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, não intermediei, porque, quando a gente intermedia, a gente leva, acompanha, né? Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então, a senhora afirma que só intermediou duas adoções?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Duas adoções. Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Que são a Sofia e a Emile, não é?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A Sofia e a Emile. O senhor falou o nome. Não é Elita, não; é esse nome que o senhor me disse aí.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Eliete?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eliete, isso. É Emile a filha dela.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Então, a Eliete, a senhora conhece também? Mas Eliete...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Conheço. Mora em São Paulo. E mora com a mãe adotiva da Emile.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sim, mas vamos prosseguir aqui. Agora, a senhora me disse, inicialmente, que a senhora está indiciada, que a senhora tem conhecimento de que a senhora está indiciada na questão da Adeides.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Adeides.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A Justiça foi injusta com a senhora, ao indiciar a senhora por intermediar a adoção sem o devido processo legal, uma vez que a senhora está dizendo que só intermediou duas?

A senhora intermediou a Sofia e a Emile. E a Adeides? Quem é o filho da Adeides, que a senhora intermediou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - A filha de Adeides é Maria Helena, se não me engano. Parece que é Maria Helena a menina.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A menina Maria Helena.

Então, a Justiça... a Justiça, não; o Ministério Público indiciou a senhora equivocadamente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não... Eu não sei nem responder para o senhor, porque eu creio que isso não foi da forma correta, porque, no momento, eu nem sabia que ela estava passando como testemunha, igual eu acabei de dizer aqui. Então, ao correr do tempo, eu vi lá o processo e vi o nome de Adeides lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Mas a senhora não assinou no cartório como testemunha?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Então, mas, na hora em que o rapaz do cartório me chamou, Excelência, ele não me disse que era para eu ser testemunha de Adeides, como ela não era a mãe. Eles estavam lá fazendo o documento e eu cheguei. Ele falou: *A senhora pode assinar aqui?*, e eu falei: *Ô, Seu Pedro, é o quê?* Ele falou assim: *É para a senhora ser testemunha como Adeides é mãe da criança.* Assinei, numa boa, e saí. Só que eu não imaginei que era testemunha como Adeides não era a mãe, porque ela é a mãe da criança.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Quer dizer então que, nesse caso aqui, pelo que a senhora está dizendo, a senhora foi indiciada injustamente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu creio que sim, porque, se ele tivesse chegado a mim e falado: *Ó, dona Bete, ela está fazendo um documento em que ela está dizendo que não é a mãe,* eu poderia, no momento, reivindicar e dizer: *Ué, Adeides, você não é a mãe? E está fazendo um documento de que não é a mãe? Que história é essa?!* Tinha revertido o quadro, não é?



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Vereadora, como é que a senhora, no início, aqui, quando a Deputada Andreia Zito lhe perguntou, a senhora, inicialmente, disse que a questão lá na sua região é como se fosse um costume?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Mas é. Eu confirmo para o senhor. E ainda continua.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - É um costume?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Um costume.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - E, como é um costume... A senhora é vereadora. A senhora trabalha há mais de 20 anos...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora trabalha há mais de 20 anos numa instituição de saúde, a senhora falou.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. Eu falei que eu tenho 12 anos que trabalho na unidade de saúde.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Isso, 12 anos.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Está. Perfeito. Deixa eu fazer a correção: há 12 anos que a senhora trabalha na instituição de saúde. E a senhora só viu... se é um costume, a senhora só viu ou ajudou a intermediar 2 casos, em 12 anos?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Porque, antes, doutor, Excelência, elas iam por conta própria. Eu nunca levei ninguém para fazer, intermediar. Elas iam por conta e, depois, quando eu ficava sabendo, elas já tinham ido e feito o documento lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Nunca lhe foi oferecido qualquer tipo de vantagem?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. É tanto que, se eu tivesse, assim, algum interesse de vantagem, eu creio que não precisaria lutar tanto, trabalhar tanto, né, em um município em que, como eu acabei de falar, a demanda da carência é muito grande e a necessidade é muito grande também. Porque tem mães, no município...



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A entrega dessas crianças para as mães adotivas se dá por intermédio de quê? É dinheiro? É alimento? Que tipo de barganha há para que essa mãe adotiva leve essa criança?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Ó, Excelência, não... Pelo menos no momento que eu vi, nunca vi barganha, nem alimento, nem nada. Eu creio que as mães querem uma vida melhor para seus filhos. E, quando elas não conseguem dar para pessoas de outro Município, outro Estado, elas entregam lá mesmo no município.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora ouviu dizer que houve algum tipo de arrependimento por parte de mãe que...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Até hoje, para mim, nunca nenhuma chegou dizendo, não. Porque, se dissesse para mim, eu era uma das primeiras... Porque eu sou mãe também, doutor. Eu tenho 3 filhos. E se eu desse um filho desses para uma pessoa, um dia, e eu me arrependesse, é claro que eu iria buscar. Se elas tivessem se arrependido, elas sabem onde estão, elas iriam buscar ou mesmo procurar para buscar.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Me diga uma coisa: a senhora tem conhecimento de que o marido da Eliete ficou fora da cidade quando ela estava com 6 meses de gravidez?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não. Eu só conheci a Eliete junto com essa mulher, no dia em que ela estava no fórum, dizendo que era patroa dela. E ainda está trabalhando com ela lá em São Paulo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Me diga uma coisa: houve arrependimento? Houve procura, por parte do marido da Eliete, o pai dessa criança?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Excelência, até hoje, eu nunca vi o pai. Eu não o conheço.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Dessas mães aqui, todas elas, os pais participaram desse processo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não sei se todas... Os pais participaram. Eu só sei de Evanilda e essa Eliete. Eu não conheço... Eliete ou Eliete, eu não sei o nome delas, não me lembro. Eu não sei se o marido se arrependeu ou se não, e é só isso que eu sei.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Nesse caso, quer dizer, então, que a senhora afirma categoricamente que a senhora nunca recebeu qualquer tipo de vantagem nos casos que a senhora tratou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Nunca lhe foi oferecido qualquer tipo de vantagem?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora leu os inquéritos que estão correndo no Ministério Público contra a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu ainda não sentei para ler todo, não, porque foi essa semana que os meus advogados me apresentaram o processo. Mas, essa semana, eu vou sentar com eles para ler.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Os seus advogados não lhe informaram?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eles me chamaram essa semana para sentar com eles, para lerem para mim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Quer dizer, então, que a senhora não tem conhecimento do teor dos inquéritos?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Do que a senhora está sendo acusada, a senhora sabe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, eles me falaram. Mas é porque o tempo é muito corrido para mim, Excelência. Então, eu que sempre fico ligando para eles, perguntando, e eles me ligam, porque precisam sentar comigo... Mas essa semana eu prometi a eles que vou sentar um dia.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Dona Elizabete, para finalizar, como a senhora disse que são uma questão de costume essas adoções lá sem o devido processo legal, como é que essas coisas se dão? Como é que a Justiça procede em relação a isso? Como é que o Ministério Público procede em relação a isso? Como é que o Conselho Tutelar procede em relação a isso? Como é que a delegacia procede? Qual é a ação das autoridades constituídas no município e na região em relação a essa adoção sem o devido processo legal, ainda mais sabendo que saiu



uma reportagem em nível nacional chamando atenção para isso e não houve qualquer tipo de mobilização? Só houve o indiciamento da senhora. Só houve o indiciamento da senhora e de uma mãe, no caso de que a senhora está falando. Nós sabemos que há 2 indiciamentos. A senhora está indiciada em 2 processos, não é?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - E há o indiciamento da senhora e das duas mães. Como é que a senhora não tem conhecimento, se essa reportagem já saiu lá atrás? Os seus advogados já não lhe falaram? Não existe... Eu estou, assim, perplexo de ver a calma e a tranquilidade em que a senhora está em relação a esse episódio.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Excelência, o senhor me desculpe eu responder ao senhor. Sabe por que eu estou calma? Porque eu tenho certeza que a minha intenção não foi de ter nenhum tipo de barganha, como o senhor acabou de dizer. A minha tranquilidade quer dizer que eu senti que as crianças ficariam bem e as mães também ficariam bem, porque elas... Muitas dessas mães aí são portadoras do vício do álcool, outras portadoras de outros vícios. Então, eu vejo a tranquilidade comigo. E eu creio que elas também estão tranquilas. Porque, se elas não...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Quer dizer...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - O senhor desculpe. Se elas não estivessem tranquilas, eu creio que elas já tinham me procurado.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A pergunta que eu fiz à senhora: como é que age lá a Justiça, o cartório... Como é que essa criança... Faz-se o registro e já sai no nome da mãe adotiva e do pai adotivo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É igual eu estou falando para o senhor: eu não conhecia nenhum caso desse. Eu conheci esse, de Adeides, porque todas eram registradas em nome da mãe. Depois que as mães registravam é que elas doavam o filho para quem elas quisessem. E quando eu ficava sabendo isso, já se passaram meses e meses.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Vereadora, com relação a Amanda e a Adeides, eu não tenho aqui valores. Mas há uma informação que, com relação a Adriana, houve uma acusação de 110 reais; com relação a Marinalva, houve uma



acusação de 400 reais; com relação a Claudinha, houve uma acusação de 100 reais.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Excelência, o senhor me dá licença? Eu vou responder para o senhor: hoje, qualquer mãe que me procurar, hoje, lá no município onde eu moro, para fazer qualquer tipo de exame fora do município, eu estou disposta a ajudar. Não para doar os filhos; para ajudar, porque nós não temos obstetra no município. Nós não temos médico para avaliar a gestante no município onde a gente mora. Nós não temos nada na unidade de saúde. E eu estou aqui falando a verdade. Eu tenho Vereadores que sabem disso. Nós não temos um obstetra para acompanhar uma gestante, nós não temos uma ginecologista na unidade, nós não temos nem sequer um pré-natal completo. Nós não temos. Não tem um exame específico que tem fazer, o antiHIV 1 e 2 e o rubéola? As mães não fazem. Tem mães que ganham o filho sem fazer um ultrassom.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Mas, com relação a isso, a gente não tem dúvida. Nós estamos tratando aqui, Vereadora, é da adoção sem o devido processo legal, que está ensejando.... Inclusive, o Deputado Domingos Dutra levantou uma questão muito interessante aqui: que já existem mães arrependidas, querendo seus filhos de volta, e não conseguem obter esses filhos de volta. Isso já caracteriza desaparecimento de criança. Existe o caso de um pai em que a mãe disse que a criança não nasceu. Estão cerceando esse pai do direito de ver o seu filho, que já foi, inclusive, adotado sem o devido processo legal. Isso caracteriza também desaparecimento de criança. E nós estamos aqui ainda conversando.

Olha, eu vou dizer uma coisa para a senhora, com toda a sinceridade...

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Hum.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - ... com a sinceridade de cristão: se a senhora já não estivesse indiciada, eu lhe daria voz de prisão aqui hoje.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu sei.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Se a senhora já não estivesse indiciada, eu lhe daria voz de prisão aqui hoje, mas a legislação lhe protege, pelo indiciamento. Porque eu não saio nenhuma vírgula daqui convencido de que a senhora não está envolvida nessa cadeia de adoção sem o devido processo legal no município em que a senhora é vereadora.



E nós precisamos, imediatamente, Sr. Presidente, ir a este município e tomar as devidas providências, de forma enérgica, porque está caracterizado — caracterizado, inclusive, no indiciamento — que existe o envolvimento direto da Vereadora nesse caso da adoção sem os devidos processos legais.

E não são somente os casos que a senhora assumiu aqui. A senhora assumiu 2, 3 casos aqui, mas a senhora já participou, está indiciada no caso da Amanda, no caso da Adeides e está sendo indiciada em mais 3 casos.

Eu não tenho mais perguntas a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Presidência agradece ao Deputado Geraldo Pudim e abre a palavra aos Srs. Deputados que queiram fazer uso.

O Deputado Domingos Dutra tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu vou fazer duas perguntas dirigidas à Vereadora em relação a ela e às demais. Eu vou fazer perguntas para a Vereadora enquanto um agente político que deve ter um conhecimento vasto da realidade do município e das redondezas.

As perguntas objetivas à Vereadora: eu pergunto senhora se a senhora tem algum parente no Conselho Tutelar.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Tenho e tomou posse este ano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantas pessoas e qual é o grau de parentesco?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu tenho... É município diferente. Eu tenho uma sobrinha em Ribeirão do Largo e tenho uma sobrinha no Município de Encruzilhada e uma filha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Você tem uma filha e uma sobrinha no Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Uma sobrinha. Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desde quando?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Este ano. Tomou posse dia 5 março, se não me engano.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Certo. Antes, nos anos anteriores, a senhora não tinha nenhum parente?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não, não tinha nenhum parente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pergunto para a senhora: a senhora falou que são comuns as adoções lá no município. A senhora tem uma ideia de quantas adoções foram feitas nos últimos 5 anos?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Umas 10, 5, 20?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não tenho. Isso, eu não sei responder para o senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas como a senhora afirmou que é comum, que é natural?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Mas isso acontece, Excelência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não tem uma noção de número?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora pode informar se todas as adoções passam pelo juiz?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Passam, com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todas?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Todas as adoções passam pelo juiz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Lá em Encruzilhada é comarca ou é termo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Comarca.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Comarca. Há algum município onde é termo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não sei responder para o senhor.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quem é o juiz atual, a senhora sabe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Dr. Márcio... Dr. Márcio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele está há quanto tempo lá?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não sei responder também para o senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Está. A senhora também não tem conhecimento se, das pessoas que fizeram adoção, se alguma mãe recebeu algum benefício?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não tenho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quer dizer que as mães fazem a adoção só para se livrarem dos filhos?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não é a questão bem de se livrar. É a questão de uma melhoria para o filho. Eu creio que sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe... A senhora falou, respondendo ao Deputado Pudim, que a senhora contribuiu com duas adoções ou três?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Três... Na verdade, duas adoções. Essa outra é porque ela já apareceu lá com a patroa dela. Então, eu, infelizmente, só conheci as duas lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe de onde são as pessoas que buscam o município para adotar? São de São Paulo, do Rio, da Bahia, de Salvador? De onde são?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - De São Paulo, eu tenho uma prima, que é a Roberta, que é a que Eliete mora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A que adotou?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É. E tem uma ex-patroa de meu irmão, que é a dona Heloísa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Também de São Paulo?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - De São Paulo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E de outros Estados?



A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não sei responder para o senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não sabe?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora também não sabe se... porque lá é um município pequeno.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O grau de instrução das pessoas é bem baixo.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Baixo, baixíssimo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A comunicação é difícil.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Difícil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não sabe por que razão as pessoas de fora se dirigem justamente a este município para adotar crianças?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu creio que não é só no nosso município, não. Eu tenho visto pessoas de fora também fazendo adoção lá em outros municípios.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto para a senhora: a senhora tem alguma notícia de desaparecimento de criança e adolescente na Bahia?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Até hoje, nunca ouvi falar, na Bahia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora também não sabe se houve alguma adoção feita diretamente no hospital?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Também não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Todas as crianças nascem em hospital ou por parteira, em casa, sem assistência?

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Às vezes, nasce em casa; às vezes, no hospital.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, estou satisfeito. Quero solicitar a V.Exa. que, se pudesse, requisitasse, talvez na audiência, as adoções dos últimos 5 anos lá na comarca, os processos de adoção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - A Presidência sugere ao Sr. Secretário que providencie uma solicitação do Deputado Domingos Dutra nessa direção.

Algum dos Srs. Deputados gostaria de usar da palavra?

A Deputada Andreia Zito, Relatora, tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Sr. Presidente e também os nossos colegas Deputados, somente para agradecer e parabenizar a nossa CPI, em especial o nosso Deputado Geraldo Pudim, que se manifestou durante o período da nossa audiência, da nossa oitiva. E dizer que apresentamos um requerimento convocando a Sra. Maria Elizabete — que faz parte do programa que foi colocado — , membros do Conselho Tutelar do Município de Encruzilhada, o Ministério Público do Estado do Pará (aí é um outro caso e não tem nada a ver, acredito, com a Vereadora), o Promotor, Dr. Éverton, que hoje se fez presente, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Esses foram os requerimentos apresentados.

Achei de muita importância o Deputado Geraldo Pudim ter-se manifestado, até porque, realmente, a partir do momento em que ouvimos também os Vereadores, vários fatos foram desvendados. Foi importante essa manifestação, como eu falei. Esses Vereadores estão aqui presentes e também puderam fazer alguns esclarecimentos.

Tanto quanto foi a manifestação do nobre Deputado, eu também, como falei anteriormente, não me dei por satisfeita. Para mim, surgiram mais dúvidas ainda, a partir do momento em que vi um programa e aqui ouvi depoimentos que não foram satisfatórios.

E até mesmo para corroborar, enquanto cristã que também sou, fiquei muito assustada e coloco aqui o meu repúdio, até mesmo porque é colocada a questão da religião em fatos tão absurdos como os que foram aqui apresentados. Realmente, solicito...

Concordo com V.Exa. e espero que seja o mais rápido possível que estejamos lá em Encruzilhada. Acredito que o jornalista poderá estar presente, porque ele já se colocou à disposição da nossa CPI. De qualquer maneira, fica aqui demonstrada uma seriedade na nossa CPI, porque quisemos aqui ouvir todos. É importante que isso seja registrado pela nossa CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Eu gostaria de passar a palavra à Vereadora Maria Elizabete de Abreu Rosa para as suas considerações finais. Tem a palavra, se desejar.

A SRA. MARIA ELIZABETE DE ABREU ROSA - Eu não tenho mais nada a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Macris) - Bem, gostaria, antes de encerrar, de lembrar aos Srs. Deputados que estamos com reunião marcada para o próximo dia 05 de maio, às 14h30min, no Anexo II desta Casa, para audiência pública com o Sr. Ministro de Estado, Dr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto. Para participar da reunião, foram convidados todos os Parlamentares membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Gostaria de agradecer à Sra. Vereadora Maria Elizabete de Abreu Rosa pelos esclarecimentos e agradecer aos Srs. Parlamentares que aqui compareceram.

Não havendo mais objeto desta reunião, declaro-a encerrada.

Muito obrigado.